

AÇÃO COLETIVA

Sindicato cobrará atualização monetária do FGTS pelo INPC

O Sindicato ingressará em dezembro com ação coletiva na Justiça contra a Caixa Econômica Federal pleiteando a correção do saldo das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com base na aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em substituição à Taxa Referencial (TR), a contar do ano de 1999 em diante.

A ação abrangerá todos os bancários sindicalizados, incluindo aposentados, da base territorial do Sindicato, que figurará como

substituto processual, não sendo necessária assim a autorização do trabalhador na fase inicial do processo. O Sindicato entrará com o processo em dezembro, de maneira que até o dia da sua protocolização novos filiados também estarão contemplados.

Atualmente a remuneração do saldo do FGTS, cuja gestão está a cargo da Caixa, é feita pela soma da variação da TR mais juros de 3% ao ano. *“O problema dessa equação é que a TR não recompõe a inflação do período, o que significa dizer que os depósitos no FGTS têm seu poder de*

compra fortemente corroído ao longo do tempo”, explica o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

Para se ter uma ideia, levando em conta a diferença dos cálculos com a TR e com o INPC no período compreendido entre 1999 e 2012, a disparidade chega a 88,3%. Conforme as contas do Instituto FGTS Fácil, considerando a variação da TR mais os 3% de juros anuais, um trabalhador que, em novembro de 2002, tivesse um saldo de R\$ 10.000, registraria, após uma década, montante de R\$ 16.446,50. Caso a correção fosse feita de acordo com o INPC,

mais os juros de 3% ao ano, o valor chegaria a R\$ 27.002,86.

“O baixo rendimento do fundo tem castigado os trabalhadores com enormes prejuízos, e vamos cobrar essas perdas nos tribunais. Sabemos que a batalha será longa, mas seguiremos firmes em defesa dos interesses da categoria, afinal os trabalhadores não podem pagar uma conta [da inflação] que não é deles”, acrescenta o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Wesclly Queiroz**. Segundo a Caixa, nos últimos seis anos, somente em 2007 a correção do FGTS superou a inflação.

Em audiência na Justiça, réus não explicaram motivos das demissões no BB

Na sexta-feira (8), ocorreu a segunda audiência da ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) – ação número 846/2013/4ª Vara do Trabalho de Brasília –, contra o BB e seis dos seus diretores por descomissionar e demitir sem justa causa trabalhadores que têm na Justiça processos cobrando o pagamento de horas extras (7ª e 8ª). Os réus não esclareceram os motivos que os levaram a demitir e descomissionar um grupo de funcionários do banco, trabalhadores com ótima avaliação profissional e sem processos administrativos.

Os réus são os seguintes diretores do BB: Luiz Guimarães de Freitas (Tecnologia); Raul Francisco Moreira (Cartões), Eduardo César Pasa (Unidade de Contadoria); Admilson Monteiro Garcia (Negócios Internacionais); Carlos Alberto Araújo Netto (Gestão de Pessoas); e Carlos Eduardo Leal Neri (Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas).

Representaram o Sindicato dos Bancários de Brasília na audiência o presidente da entidade, Eduardo Araújo, que também é funcionário do BB, e o advogado Paulo Roberto, da LBS Advogados, que presta assessoria jurídica ao Sindicato.

No dia 29 de novembro, a Justiça ouvirá, também em audiência, as

testemunhas da ação civil pública.

O processo, assinado pelo procurador do Trabalho Adélio Justino Lucas, foi iniciado a partir de denúncia do Sindicato dos Bancários de Brasília, que dele participa como assistente do MPT. A primeira audiência ocorreu em 20 de junho. *“O Sindicato vai atuar com firmeza para esclarecer a verdade dos fatos”,* afirmou o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

Na oitiva, que durou mais de sete horas, os réus, que não tinham obrigação com a verdade, foram questionados um a um sobre os motivos e a postura adotada para demitir e descomissionar os funcionários do BB.

Na próxima audiência, quando serão ouvidas as testemunhas, onde serão obrigadas a falar a verdade, buscaremos extrair mais provas sobre a perseguição da atual direção do BB contra os trabalhadores que buscaram seus direitos trabalhistas.

Sindicato denuncia, e MPT move ação

Após denúncia do Sindicato, o MPT iniciou processo investigatório convocando a entidade dos trabalhadores para esclarecimentos das denúncias.

Na audiência, onde estiveram

presentes o diretor do Sindicato Rafael Zanon e o advogado Paulo Roberto, o Sindicato reforçou a denúncia de que bancários estavam sendo retaliados com demissões e descomissionamentos por ingressarem na Justiça cobrando direitos trabalhistas. A assessoria jurídica do Sindicato anexou as vitórias na Justiça obtidas pela entidade contra essas retalições e outros documentos como provas da perseguição.

O Sindicato ainda informou ao MPT como funciona o mecanismo interno de decisão das demissões imotivadas, que ocorrem em um comitê onde participam três diretores do BB (o diretor da área do funcionário, o diretor da Diref e o da Dipes). Assim, o MPT chamou os diretores Carlos Netto (Dipes) e Carlos Neri (Diref) para apreciação das denúncias. Apurados os depoimentos dos representantes do BB, o MPT decidiu ingressar com a ação civil pública.

Na ação, o MPT sustenta, com base em várias provas, que o BB vem se valendo de prática imotivada e reiterada de descomissionamentos e demissões, dentro de um processo de discriminação e de retaliação contra aqueles que recorreram à Justiça para garantir seus direitos. Para o MPT, está claro que o objetivo do BB foi o de reprimir o ajuizamen-

to de ações judiciais. Vários dos bancários demitidos tinham excelentes avaliações de desempenho.

“A ação é resultado do inquérito civil público aberto pelo próprio MPT com base em denúncia feita pelo Sindicato dos Bancários de Brasília e nas provas apresentadas no processo de apuração”, lembrou o diretor do Sindicato **Rafael Zanon**. *“O Sindicato, além de atuar como assistente processual nesta ação, continuará lutando em todas as frentes para defender os trabalhadores e trabalhadoras, vítimas da política ilegal do banco de perseguir aqueles que buscam no Judiciário seus direitos trabalhistas usurpados”,* acrescentou Zanon.

Banco tentou intimidar o MPT

Ainda durante a fase investigativa do inquérito civil no MPT, o BB protocolou uma medida de correção parcial junto ao Conselho Nacional do MP contra o procurador Adélio Justino, mas não obteve êxito. *“O Sindicato dos Bancários atuou formalmente junto ao Conselho Nacional do MP contra esse ataque do BB à atuação do procurador, o que ajudou no andamento do processo”,* reforça o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Wesclly Queiroz**.

Os trabalhadores mantêm o Sindicato, ninguém mais

Os banqueiros, como qualquer outro patrão, detestam sindicato forte, combativo e com recursos para financiar suas lutas. Neste caso, não é demais esclarecer que os direitos dos trabalhadores não caem do céu, nem são dívidas dos bancos. São resultados de embates de classes.

A contribuição pessoal e financeira dos trabalhadores para a luta tem como objetivo ético o reconhecimento da importância da campanha salarial e da dedicação do Sindicato à causa coletiva, com a conquista de melhores salários e condições de trabalho.

“O bancário é consciente dos gastos que envolvem uma campanha nacional, e certamente vai colaborar voluntariamente para fortalecer ainda mais nossa luta, que é feita diariamente pelo Sindicato”, destaca a secretária-geral do Sindicato, **Cida Sousa**. “Nossa luta permanente favorece os trabalhadores, e, independentemente de associação, traz benefícios a toda a categoria”, acrescenta.

Apesar da grande influência dos banqueiros e da forte pressão da mídia, maior beneficiada das propagandas das instituições financeiras, os bancários mais uma vez garantiram reajuste salarial com aumento real e importantes avanços nas cláusulas sociais gerais da categoria e também nos acordos específicos por bancos. Todas as conquistas só foram possíveis por dois motivos: a luta e a mobilização da categoria ao longo da Campanha Nacional 2013 e o investimento financeiro em organização, planejamento e estratégia para influenciar na construção da pauta e da unidade do movimento.

“Para viabilizar uma greve de 26 dias neste ano, o Sindicato investiu fortemente em organização e infraestrutura”, informa o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**. “Fizemos investimento também na estratégia e planejamento da campanha, ampliando a nossa chance de derrotar a intransigência dos banqueiros”, acrescentou.

Entre os grandes investimentos efetuados na Campanha Nacional deste ano, incluem-se, além do desembolso efetivo para a realização e manutenção de 26 dias de greve, a organização de congressos locais e participação nos encontros nacionais.

“Não é possível em nenhum planejamento orçamentário definir a duração e o tamanho de uma greve de uma categoria com organização nacional. Por isso, a contribuição voluntária é necessária para cobrir parte dos custos da campanha”, afirmou o secretário de Finanças do Sindicato, **Wandeir Severo**. “Sem esse apoio financeiro, alguns projetos do Sindicato deverão ser adiados ou mesmo cancelados”.

Para montar a infraestrutura e organização da greve e das atividades de campanha, foram gastos recursos com aluguel de equipamentos de som, palcos, banheiros químicos, contratação de prestadores de serviços diversos, aquisição de alimentação e água para participantes dos comitês de esclarecimento, viagens, hospedagens, transportes, combustível, locação de espaços para reuniões entre outras despesas.

Os números da campanha

Muito antes da greve, o Sindicato organizou inúmeras atividades, centenas de reuniões nos locais de trabalho, diversas assembleias e encontros de delegados, seminário dos bancos privados, congressos específicos do BB, da Caixa e do BRB, além do Congresso do Sindicato, para mobilizar e construir a pauta de reivindicações da categoria.

O Sindicato foi representado por mais de 100 delegados nos encontros nacionais: 24º Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil e 29º Conecef, ambos realizados em maio, em São Paulo, e 15ª Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida em julho, também na capital paulista, para defender a pauta local e aprovar as minutas/pautas nacionais de reivindicações

da categoria, apresentadas aos banqueiros em 30 de julho.

O Sindicato investiu pesado em material de divulgação e propaganda para a categoria e para esclarecimentos à população, com diversos anúncios nas emissoras de TV e rádio e nas redes sociais. Também foram contratados fotógrafos e divulgadores para apoio nos comitês de esclarecimentos à população e aos bancários.

Com o objetivo de ampliar a visibilidade para nossas ações de convencimento e manifestações em praças públicas, rodoviária, feiras e em inúmeras linhas de ônibus, foram contratados artistas e músicos, esses chamados especialmente para compor a mídia deste ano, ‘Vem pra luta’.

Foram confeccionados 150 mil cartazes, 50 mil panfletos, mais de 50 mil jornais, 800 faixas, 1.000 camisetas, mais de 5 mil adesivos e locados 10 carros de som. Também foram organizadas duas passeatas, sendo uma na Esplanada dos Ministérios e outra na W3 Sul. Contratamos a veiculação de 150 anúncios (spots) nas diversas emissoras de rádio local, 30 anúncios nas TVs locais e 200 na TV Minuto do Metrô DF.

O vasto material utilizado nos 26 dias de greve se justifica pela grande quantidade de bancários e bancárias no DF – mais de 26 mil –, distribuídos em mais de 600 locais de trabalho, entre agências, postos de atendimento bancários e prédios administrativos. Parte do material também foi divulgado entre a população do Distrito Federal, estimada em mais de 2 milhões de habitantes.

Além dos gastos com estrutura, organização e comunicação, o Sindicato ainda poderá desembolsar grandes quantias em ações de interditos proibitórios movidas pelos bancos que ainda transitam na Justiça. Isso porque o Sindicato não se intimidou diante das inúmeras ameaças que sofreu por parte dos bancos.

“Quem participou de alguma forma e acompanhou as inúmeras atividades da Campanha Nacional 2013 organizadas pelo Sindicato

sabe que é preciso investir em vasto material de mídia para dar visibilidade às nossas reivindicações. Com o slogan ‘Vem pra luta’, nossa campanha foi bastante compartilhada nas redes sociais e comentada nos meios de comunicação”, frisou a secretária de Imprensa do Sindicato, **Talita Régia**. “Além disso, também veiculamos inúmeros spots em rádios para manter a categoria mobilizada e responder aos ataques dos banqueiros e da grande mídia”, justificou a dirigente sindical.

Contribuição voluntária de bancários garante mobilização

As assembleias do BRB e dos bancos privados aprovaram o desconto assistencial enquanto a maioria dos bancários presentes às assembleias do BB e da Caixa rejeitou a contribuição assistencial. Em virtude dos resultados e, como nos anos anteriores a maioria dos bancários de Brasília não manifestou oposição ao desconto assistencial, a diretoria do Sindicato decidiu não fazer o desconto de apenas uma parte da categoria e pedir de todos os bancários uma contribuição espontânea para não prejudicar projetos importantes em andamento nas áreas de formação e saúde.

Para contribuir, em reconhecimento à luta desenvolvida pelo Sindicato, faça, no dia 20 de novembro, um depósito de no mínimo R\$ 20, numa das seguintes contas abaixo:

Banco do Brasil

Ag. 0452-9/39147-6

Caixa

Ag. 1041/003/156000-0

BRB

208600329-8

Qualquer dúvida, entre em contato com a Secretaria de Finanças do Sindicato pelo telefone 3262-9050 e/ou pelo e-mail tesouraria@bancariosdf.com.br.

PLANO DE FUNÇÕES BB

Sindicato ganha ação que impede redução na remuneração de funcionários com 10 anos ou mais em função comissionada

Em ação judicial coletiva (número 197/2013/16 Vara) movida pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu que os trabalhadores do Banco do Brasil lotados em Brasília que tenham exercido função comissionada há 10 ou mais anos não poderão sofrer redução de remuneração no âmbito do novo plano de funções.

A decisão, em segunda instância, representa importante vitória na luta contra as ilegalidades do novo plano, implementado unilateralmente pelo BB em janeiro deste ano, e abrange todos os trabalhadores com pelo menos 10 anos em função comissionada, independentemente de terem optado ou não pelas novas funções gratificadas (FG) ou de "confiança" (FC).

O TRT decidiu também que a redução da jornada não pode acarretar redução da remuneração. Assim, o BB foi condenado a pagar as diferenças decorrentes do enquadramento em FG. A determinação está sujeita a recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Após esgotados os recursos, as diferenças salariais deverão ser executa-

das em lotes de empregados, para evitar tumultos. Essa foi a forma de execução de outra ação vitoriosa do Sindicato, a dos anuênios.

O TRT negou a execução coletiva de incorporação do valor médio das gratificações dos últimos 10 anos para os casos de exercício de comissões variadas ante a especificidade da questão que reclama análise pormenorizada do histórico funcional de cada um. Assim, o Sindicato orienta os bancários que estiverem nessa situação a procurarem a assessoria jurídica do Sindicato para o ingresso de ações individuais, uma vez que o Tribunal não desqualificou o direito de estabilidade remuneratória com 10 anos de cargos comissionados distintos, e sim a coletivização desse pleito.

Vitória fortalece outras ações da estratégia nacional

Essa ação faz parte da estratégia nacional na luta contra as ilegalidades do plano de funções, fortalecendo a jurisprudência na defesa dos trabalhadores. O Sindicato dos

Bancários de Brasília ingressou com essa ação em fevereiro de 2013, utilizando como embasamento a Súmula 372 do TST, que protege a remuneração dos trabalhadores com dez anos em cargos comissionados. Não obtendo êxito em primeira instância, a assessoria jurídica do Sindicato (LBS Advogados), por intermédio do experiente advogado Paulo Roberto, recorreu ao TRT, alcançando assim a vitória.

A decisão fortalece a luta do Sindicato contra a redução de remuneração nas funções gratificadas, inclusive para aqueles com menos de dez anos em cargos comissionados, que está sendo pleiteada em outra ação judicial coletiva movida pela entidade (processo 1097/2013/6 Vara), com julgamento marcado para dia 19 de dezembro de 2013.

"Desde o momento da implantação do plano de funções, a comissão de empresa dos funcionários do Banco do Brasil (que assessora a Contraf-CUT), que tem representantes de todo o país, discutiu e elaborou uma estratégia nacional de luta contra as ilegalidades implementadas. Foi estabelecido um calendário de paralizações e protestos, visitas a parla-

mentares e ao governo. Na esfera judicial, os sindicatos elaboraram ação coordenada, buscando vitórias locais para fortalecer a jurisprudência no país. Esse planejamento vem trazendo resultados positivos, essa vitória do Sindicato sendo fundamental para todos os trabalhadores do BB", destaca **Rafael Zanon**, diretor do Sindicato e representante da Federação Centro-Norte na Comissão de Empresa.

"Nossa atuação no judiciário é pautada pela responsabilidade e estratégia. Realizamos centenas de debates nos locais de trabalho ao longo do ano, esclarecendo os trabalhadores sobre essa tática, que foi elaborada após minuciosos estudos de nossa diretoria e assessoria jurídica, na busca de um resultado final que favorecesse os trabalhadores. Essa vitória representa um passo importante, mostrando que, em momentos de crise, é fundamental agir com planejamento e racionalidade. Continuamos na luta, até a vitória", reforça **Wesley Queiroz**, secretário jurídico do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Leia em www.bancariosdf.com.br a íntegra da decisão.

Em reunião, Sindicato e assessores júnior do BB definem estratégias de luta

Sindicato e assessores júnior do Banco do Brasil definiram em reunião na última segunda-feira (11), na sede da entidade, estratégias de luta para resolver a situação desses bancários no âmbito do novo plano de funções.

O cargo de assessor júnior foi extinto por ocasião da implantação do novo plano, em janeiro passado, sendo que a maioria dos seus ocupantes foi promovida à função de assessor. O problema é que dezenas deles ainda permanecem na função extinta, vivendo um clima de incerteza e insegurança em relação ao futuro.

Julgamento de ação contra a redução de remuneração no BB é remarcado para 19 de dezembro

A audiência de julgamento da ação em primeira instância contra a redução de remuneração nas funções gratificadas do BB foi remarcada para 19 de dezembro, às 17h. A audiência, referente ao processo nº 1097/2013, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, estava marcada para 30 de outubro.

O Sindicato ingressou com a ação em 28 de junho contra a redução de remuneração dos bancários que migraram para as funções gratificadas de 6 horas. Um primeiro julgamento foi marcado para 30 de setembro e adiado para 30 de outubro. O Sindicato desconhece os motivos que levaram o juiz a determinar o adiamento da audiência.

"O Sindicato permanecerá atuante durante

tudo o processo, lutando firmemente em defesa dos bancários. A redução da remuneração é ilegal e vamos continuar na luta pela reversão dessa situação. Nesta ação, a secretaria jurídica do Sindicato buscou informações sobre as razões do adiamento do julgamento, mas o processo não encontrava-se na Vara", afirma o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Wesley Queiroz**.

"A atuação do Sindicato dos Bancários de Brasília vem alcançando vitórias importantes para os trabalhadores, como o cumprimento da jornada de 6h, o pagamento de indenizações e a reversão de demissões imotivadas", esclarece **Rafael Zanon**, diretor do Sindicato.

